

VINTE ANOS DE PETROBRÁS

DISCURSOS PRONUNCIADOS NA SESSÃO
COMEMORATIVA DO CONGRESSO NACIONAL,
EM 3 DE OUTUBRO DE 1973

Senador **Arnon de Mello**

Deputado **Marcelo Medeiros**

Senador **Adalberto Sena**

Deputado **José Machado**

Almirante **Faria Lima**, Presidente da PETROBRÁS.

BRASÍLIA

VINTE ANOS DE PETROBRÁS

DISCURSOS PRONUNCIADOS NA SESSÃO
COMEMORATIVA DO CONGRESSO NACIONAL,
EM 3 DE OUTUBRO DE 1973

Senador **Arnon de Mello**
Deputado **Marcelo Medeiros**
Senador **Adalberto Sena**
Deputado **José Machado**
Almirante **Faria Lima**, Presidente da PETROBRÁS.

BRASÍLIA

ÍNDICE

	página
Discurso do Senador Arnon de Mello	5
Discurso do Deputado Marcelo Medeiros	25
Discurso do Senador Adalberto Sena	39
Discurso do Deputado José Machado	49
Discurso do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima	59

**DISCURSO DO SENADOR ARNON DE MELLO,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MINAS
E ENERGIA DO SENADO FEDERAL**



Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senhor Presidente da Câmara dos Deputados. Ilustres autoridades presentes, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Reúne-se hoje o Congresso Nacional para festejar o aniversário da PETROBRÁS. Duas dezenas de anos decorreram desde quando, a 3 de outubro de 1953, foi sancionada a Lei nº 2.004, que a criou e estabeleceu o monopólio estatal.

Até então confiáramos à iniciativa privada, a empresas nacionais e estrangeiras, através de concessões que vinham desde o começo do século, a descoberta do ouro negro em nosso subsolo. Na realidade, porém, não havia interesse pela pesquisa, lavra e exploração do petróleo no País, por parte de quem tinha condições de fazê-lo. A Standard Oil, aqui representada pela Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasileira, demos, pelo Decreto nº 23.752, de 16 de janeiro de 1934, uma concessão de área de quatro mil hectares no Município de Ribeirão Claro, Paraná, a qual caducou por não haver sido utilizada. Em Bofete, São Pedro, Limeira, Rio Claro, Anhembi, no Estado de São Paulo, como em Alagoas, Sergipe e Paraná, perfuraram-se poços, mas sempre sem resultado positivo. E quanto ao refino, eram poucas e pequenas as refinarias instaladas no País, insuficientes para suprirem as necessidades do consumo interno.

O Ministério da Agricultura, através do Serviço Geológico e Mineralógico e, depois, através do Departamento Nacional de Produção Mineral, persistentemente, desde 1918 e durante vinte anos, perfurou no território baiano, aí encontrando em 1938 maiores indícios da existência de petróleo, que, meses depois, em janeiro de 1939, finalmente jorrou em Lobato. Fundado, então, o Conselho Nacional do Petróleo, daí em diante empenhou-se ele na pesquisa.

Mas esvaíam-se as nossas divisas com as importações não de petróleo bruto, e sim de todos os seus derivados, o que lhes elevava sobremaneira os preços. Em tal situação, vivíamos, ademais,

submetidos a permanente risco de uma calamidade, qual a de, na falta dos combustíveis vindos do exterior, ficarmos, de um momento a outro, paralisados, sem transportes e com energia reduzida.

FATIGADO

Longamente aguardou o povo brasileiro a solução do problema. Cansado, entretanto, de vê-la procrastinada, explodiu em rumoroso movimento irresistível, ganhando as ruas na manifestação das esperanças já impacientes e da vontade inarredável e inflexível de ver o Brasil quanto antes realizado, e não mais somente fixado no patamar do futuro distante, ameaçadas ainda sua soberania e segurança pela dependência dos países produtores de derivados de petróleo.

Surgiu, assim, a PETROBRÁS, erigida em bandeira das mais caras aspirações populares, que se matrizavam na certeza de que, daí em diante, o nosso subsolo iria ser de fato pesquisado por novo órgão de economia mista, cujas atribuições não se restringiam à perfuração e lavra do petróleo, mas se ampliavam na responsabilidade de promover e apressar o desenvolvimento do País, garantindo-lhe o abastecimento de combustível.

POVO E ELITE

Não cabe referir pormenores, tanto são de ontem e se fixam na lembrança coletiva os lances sobremodo expressivos da empolgante campanha empreendida nos começos da década de 50, de tamanho conteúdo de consciência cívica que não tardou a vencer todas as resistências, por mais teimosas. Cumpre, todavia, ressaltar que nela se deram as mãos povo e elite, políticos e técnicos, militares e civis, homens e mulheres, adultos e jovens. Tratava-se do futuro do País, defendia-se-lhe não apenas o desenvolvimento, mas a própria segurança. Captadas e debatidas ampla e lucidamente pelos homens públicos brasileiros, as aspirações populares foram atendidas através de legislação que honra o Congresso Nacional, cujos Anais testemunham a clarividência, a dignidade e o patriotismo com que se conduziram eles no exame do problema como no exercício do mandato parlamentar, acautelando, acima de tudo, os superiores interesses da Nação.

ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

A Lei nº 2.004, cujo projeto por 42 longos meses permaneceu em debate no Congresso, amplo debate em que se extremaram a eloquência e o saber dos representantes do povo, não é um ato de força, mas o resultado a que chegaram Poder Executivo e Poder Legislativo depois de auscultarem a opinião pública, nela compreendidas as camadas sociais mais diversas. Tendo recebido, em clima de inteira liberdade, numerosas críticas e objeções, acolhido sugestões de todas as procedências e adotado emendas da maior importância, pode-se mesmo dizer que é obra do consenso nacional e popular, constituindo aquela "coalisão econômica", pregada pelo então Deputado Juracy Magalhães, a quem coube a missão de primeiro Presidente da PETROBRÁS.

E, mais do que uma afirmação do espírito democrático, o bom combate para a elaboração e votação da Lei nº 2.004 exprimiu o nosso espírito desenvolvimentista, angustiado de ser contido e explodindo nas suas manifestações de descrença em solução para o petróleo que não fosse a do monopólio estatal. Ressalte-se, pois, que a decisão histórica da criação da PETROBRÁS teve origem menos nas emoções nacionalistas que nos anseios progressistas, exaltadores e aliciadores das forças partidárias mais diferentes em matéria de ideologia e doutrina.

Não as impulsionavam, a essas forças, propriamente objetivos político-partidários, mas supremos interesses nacionais, substanciados no fortalecimento da nossa infra-estrutura econômica. Bem podemos, então, considerar a PETROBRÁS como marco decisivo do surto de desenvolvimento que domina o País, pioneira da planificação racional da nossa economia. E cumpre, por outro lado, destacar os homens públicos brasileiros que para ela concorreram, a começar do então Chefe da Nação, o Presidente Getúlio Vargas, que, assessorado por economistas da nomeada de Rômulo de Almeida, em dezembro de 1951 encaminhou ao Congresso a mensagem nº 469 e o projeto que se transformou na Lei nº 2.004. Então Governador de Alagoas, de S. Ex^ª recebi solicitação de apoio para o projeto com a emenda do monopólio estatal. Ao atual Senador Gustavo Capanema, a esse tempo Deputado e líder do PSD e da Maioria, na qual se integravam o PTB e outros partidos, e ao atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Prof. Bilac Pinto, então Deputado e líder

udenista, autor da emenda vitoriosa que instituiu o monopólio estatal, aos dois ilustres brasileiros, à sua autoridade moral e política, à sua vocação de servir acima das preocupações pessoais, se deve, naquela hora histórica, o entendimento das forças partidárias para o encontro e aprovação, pelo Congresso, da fórmula de solução do problema do petróleo.

GRANDEZA

Se grande foi o movimento, borbulhante nas ruas e no Parlamento, em favor da Lei nº 2.004, igualmente grande a Lei nas suas inspirações e objetivos — grandeza menor não teve a PETROBRÁS no executá-la. Convocando ao seu serviço a juventude, empenhando-se em formar pessoal técnico competente e juntando à sua competência e patriotismo à competência e patriotismo de eminentes brasileiros marcados pela experiência e pela capacidade administrativa, sem dispensar de início o **know-how** estrangeiro através de especialistas contratados — palmilhou a PETROBRÁS, em benefício do País, um difícil caminho de ásperas lutas, ampliadas pelo desenvolvimento nacional, com o permanente aumento do consumo interno, e ainda pelas responsabilidades crescentes que o seu próprio êxito lhe atribui. Chega, contudo, vitoriosa aos 20 anos, festejados com a mesma alegria e entusiasmo com que festejamos a sua criação. Realmente, se ontem eram despertadas as esperanças de um Brasil acelerado no seu progresso, hoje, com o crescimento da importância do petróleo, através dos seus milhares de derivados e das suas novas aplicações no campo da indústria química, renascem e crescem e se multiplicam, vigorosas, essas esperanças, ao lado do reconhecimento pelos serviços prestados ao progresso nacional com que a PETROBRÁS conquistou a confiança pública e alcançou tal dimensão que o Brasil até parece agora um e, antes dela, outro.

EMANCIPAÇÃO ECONÓMICA

Tivemos, em 1822, a emancipação política. Homens eminentes, homens-faróis, como os classificou Afonso Arinos, fizeram a nossa independência de Portugal e institucionalizaram o Estado Nacional, com inteligência e energia insuperáveis, tanto como com bravura cívica, patriotismo, espírito público. Foram páginas real-

mente notáveis as que escreveram na defesa da soberania e da unidade brasileira esses admiráveis homens públicos do Primeiro Império.

Agora, para a nossa emancipação econômica, tem contribuído, exemplar, a PETROBRÁS, cujos objetivos, bem definidos nos seus estatutos, persegue noite e dia:

“a pesquisa, a lavra, a refinação, a distribuição, a importação, a exploração, o comércio e o transporte de petróleo — proveniente de poço ou de mineração de xisto ou de outras rochas —, de seus derivados e de gases naturais, bem como quaisquer atividades correlatas e afins que sejam complementares ou que possam interessar direta ou indiretamente aos objetivos da sociedade”.

Cumprindo rigorosamente a sua missão, nesses vinte anos decorridos, a verdade sobre a correção do proceder da PETROBRÁS deflui, eloqüente, dos números. Se, em 1954, a nossa produção de petróleo bruto era de 2.500 barris por dia, ou seja, 432 metros cúbicos, e cerca de 2,5% do consumo interno, alcança ela agora 175.000 barris em média por dia, isto é, cerca de 31% do consumo nacional. Com a entrada em produção dos campos de Guaricema, Caioba, Dourado e Camorim, em Sergipe, teremos um aumento de 100 mil barris diários, atingindo, então, ao todo, 275.000 barris.

Em 1972, a PETROBRÁS produziu 9 milhões de barris de petróleo aproximadamente, e 1 bilhão e 240 milhões de metros cúbicos de gás natural. Com os seus maiores campos de petróleo em Araçás e Miranga, na Bahia, os dois produzindo, conjuntamente, 57 mil barris diários, ou seja, 9 mil metros cúbicos, a produção global dos 20 campos do Estado se eleva a 138,8 mil barris diários, ou seja, 22 mil metros cúbicos.

RESERVAS

As nossas reservas de petróleo, que eram estimadas no ano de 1954 em 30 milhões de barris, chegaram, em dezembro de 1972, a 800 milhões de barris, ou seja, 127 milhões de metros cúbicos, e as reservas de gás a 26 milhões de metros cúbicos.

Se, em 1954, refinava a PETROBRÁS 5.000 barris por dia, ou seja, 794 metros cúbicos, refina hoje 733.000 barris por dia, isto é,

120.350 metros cúbicos, o que nos assegura auto-suficiência no setor, e em 1978 refinará 1.350.000 barris diários, correspondendo, em tais condições, às necessidades, ao tempo, do mercado nacional.

Se, em 1957, possuía a PETROBRÁS 26 navios para transporte de petróleo e derivados, com 223.950 toneladas, a Frota Nacional de Petroleiros, de sua propriedade, já tem hoje, em atividade e encomendados para serem entregues até 1977, 52 navios, com 3 milhões de toneladas. E os navios da FRONAPE estão se munindo de equipamento que lhes permitirá transportar os minérios exportados pela Companhia Vale do Rio Doce, para daqui não saírem vazios quando tiverem de ir buscar no exterioro petróleo de que carecem as nossas refinarias. Já será lançado ao mar ainda este ano o petroleiro "José Bonifácio" — o maior deste hemisfério — com 265.700 toneladas e de transporte conjugado, isto é, para petróleo e minério de ferro.

XISTO BETUMINOSO

O Brasil detém a maior reserva mundial de xisto pirobetuminoso, depois dos Estados Unidos, ou seja, 750 bilhões de barris de óleo de xisto bem superior à reserva de óleo de poço. Mas, ante a dificuldade de encontrar este, a PETROBRÁS se encaminha para a exploração do petróleo de xisto, no momento muito caro em relação aos preços atuais do primeiro, que, no entanto, tendem a aumentar, e em tal caso o petróleo de xisto ficará econômico.

Fixada a área de Irati, em São Mateus do Sul, Paraná, para seleção de jazidas com melhores possibilidades de extração de óleo, enxofre e gás, aí instalou a PETROBRÁS uma Usina Protótipo que, desde, 18 de junho de 1972, está testando, em escala semi-industrial, o sistema de retortagem do xisto para obtenção de petróleo. Em meados deste ano, já foi posto à venda combustível obtido do xisto de São Mateus.

ASFALTO

Recordo que, ao construir, quando Governador de Alagoas, a rodovia pavimentada ligando Maceió ao sertão, em 1953/55, tinha o Governo do Estado de adquirir asfalto na Alemanha ou na Venezuela. Hoje, sabemos que a PETROBRÁS dispõe de várias

fábricas de asfalto, às quais se deve considerável contribuição para o aumento da rede rodoviária do País. Já somos auto-suficientes em asfalto, em condições de atender inteiramente à demanda do nosso mercado.

ATIVO

Quando foi criada, em 1953, a PETROBRÁS recebeu um acervo de Cr\$ 3 milhões, cruzeiros de 1967, e nesse ano já dispunha de um ativo imobilizado — bens, instalações e serviços — no total de Cr\$ 2 bilhões. Hoje, o ativo imobilizado da PETROBRÁS é de Cr\$ 6.392 milhões e o ativo total atinge a Cr\$ 13.650 milhões, com um patrimônio líquido de Cr\$ 10.352 milhões.

O capital da PETROBRÁS, que se fundou com quatro bilhões de cruzeiros antigos, é hoje de Cr\$ 5.943.701.952,00, sendo que a União possui 80% das suas ações ordinárias, com direito a voto, e 77,3% do capital integralizado em ações ordinárias e preferenciais. Dos restantes 22,7%, 4,6% são dos Estados e Distrito Federal, 1,6% dos Municípios, 2,3% de outras entidades de Direito Público e 14,2% de entidades de Direito Privado. Associaram-se, assim, o Poder Público e o capital particular nos empreendimentos da PETROBRÁS.

TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Há alguns anos encontrei em Nova Iorque grande físico brasileiro que, com lágrimas nos olhos, me falou do seu desejo de voltar ao Brasil e me contou que, vindo aqui certa vez, procurou a PETROBRÁS para sugerir-lhe a instalação de um laboratório de pesquisas, por cuja organização e direção se responsabilizaria, mas lhe foi respondido que à empresa não interessava fazer gastos em tal setor.

Já hoje, entretanto, bem outra é a situação. Criou a PETROBRÁS o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento que, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, tem desenvolvido vários programas de pesquisas exploratórias e básicas e aplicadas, de caráter inovador; e de desenvolvimento de processos, produtos e métodos. Ressalte-se que o Centro faz "estudos de geologia de sedimentos recentes e

de fenômenos de sedimentação contra corrosão e processos de Reconhecimento da Margem Continental Brasileira, com o objetivo de proceder ao levantamento de dados oceanográficos e geológicos de toda plataforma continental brasileira”.

Alegra-me referir especialmente o programa global de desenvolvimento de pessoal. Nada menos de 814 planos — como noticia a empresa — foram realizados no País para formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, beneficiando 9.445 funcionários de categorias profissionais diversas, além de 47 planos de que participaram 71 empregados treinados no exterior. Além disso, 153 recém-graduados por várias escolas superiores nacionais e candidatos a trabalhar na empresa tiveram treinamento, em nível de formação, em setores técnicos. Foram também treinados 149 menores em curso de formação de aprendizes.

A PETROBRÁS está no momento construindo, na Cidade Universitária na Ilha do Fundão, na Guanabara, um prédio moderno e adequado para o seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

FATURAMENTO

Valho-me das estatísticas e notas constantes dos últimos relatórios da PETROBRÁS para destacar as excelências da sua situação, da qual se ocupou juntamente com a de suas congêneres do México e da Argentina, em seu número de agosto último, a revista americana **Fortune**. Enquanto em 1972 a Pemex mexicana — anota a revista — deu lucro de cinco milhões de dólares e a argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales deu prejuízo, a PETROBRÁS apresentou um lucro de Cr\$ 304 milhões.

Realmente, o faturamento bruto da empresa brasileira foi de 12 bilhões e 897 milhões de cruzeiros, superando em 37,6% o de 1971, e o faturamento líquido — de 7 bilhões e 546 milhões — excedeu em 40% o do ano anterior. Seu lucro de 1972 — 42,9% maior que o de 1971 — alcançou Cr\$ 1.781.267, ou, descontado o imposto de renda de Cr\$ 60.000, Cr\$ 1.721.267.

Nesse mesmo ano, investi a PETROBRÁS Cr\$ 2 bilhões e 820 milhões: 30% em pesquisa e produção de petróleo no Brasil; 29% em refinação, 16% em transporte marítimo e 25% em petroquímica e terminais, oleodutos, industrialização do xisto, comercialização e participação em subsidiárias.

PESQUISA E PRODUÇÃO

Com os Cr\$ 840 milhões, correspondentes aos 30% do seu orçamento de despesas investidos em pesquisas e produção, a PETROBRÁS continuou seus trabalhos de levantamento geológico e de perfurações pioneiras nas bacias sedimentares e na plataforma continental.

No momento em que se comemora o aniversário da empresa, cujo nascimento, marcado pelo debate mais amplo já registrado na nossa história parlamentar, ensejou o fortalecimento do sistema democrático e a abertura nacional para o desenvolvimento, é prestar-lhe homenagem condigna debatermos aspectos que lhe dizem respeito e levantam no País observações que vale esclarecer.

Técnicos admitem que não são favoráveis as nossas condições geológicas para produção de petróleo. Já se disse mesmo que ele respeitou, arisco, as nossas fronteiras geográficas, pois, enquanto o vemos, abundante, na Venezuela, por exemplo, não o encontramos em Roraima, que fica ao lado do País vizinho. Exatamente o que se dá com Israel, cercada de nações árabes repletas de petróleo, porém ela própria carente dele. "Jeová fez seu povo caminhar 40 anos para onde o petróleo não existe" — clamou, a esse respeito, a Primeira-Ministro Golda Meir.

Não é possível, por isso mesmo, comparar a situação dos diversos países em matéria de pesquisas de petróleo. No caso, por exemplo, do Brasil em relação à Argentina, México e Venezuela, cumpre considerar que é bem maior que a deles a nossa extensão territorial, onde regiões inacessíveis ou de difícil acesso, como a Amazônia, obriga a PETROBRÁS a recorrer ao helicóptero para fazer chegarem até lá sondas e outros equipamentos indispensáveis aos seus trabalhos. Por outro lado, países riquíssimos em petróleo podem sem maior risco investir à vontade em pesquisas, porque, na realidade, não vão, como o nosso, pesquisar o óleo, mas buscá-lo.

PARECER DOS TÉCNICOS

Entretanto, embora saiba que não está evidentemente ao seu alcance mudar a geologia brasileira, nem a Lei nº 2.004 lhe poderia conferir tal direito, persiste a PETROBRÁS em procurá-lo, ao petró-

leo, através de um programa de ação mais acurado, ungidos e animados os seus dirigentes de um otimismo que os leva a destinarem, nestes próximos três anos, mais de três bilhões de cruzeiros à pesquisa e à lavra, sem, todavia, se distanciarem dos números e dos fatos. Mal comparando, a PETROBRÁS faz as vezes, ao mesmo tempo, de cigarra e formiga: confia na concretização dos seus anseios, tem fé na execução das suas metas, dá o devido valor ao provável e ao possível, mas não se desliga da realidade, não desconsidera a objetividade, não rompe com o material.

Assim, não cuida ela de relacionar simplesmente gastos com pesquisas e de apresentar apenas estatísticas comprovadoras de que num ano abriu maior número de poços, mesmo secos, que no ano anterior; não se deixa empolgar por mais intensa atividade aleatória de perfuração do subsolo, sem resposta positiva. A pressão emocional leiga, distanciada da verdade das coisas, não lhe subjugua a coragem de sempre decidir na base de dados técnicos, mesmo nas horas mais inflamáveis. A pesquisa é, afinal de contas, voo cego, mas os estudos geológicos e geofísicos lhe reduzem os riscos com a seleção das áreas em que se devem fixar e aprofundar as sondagens na demanda do óleo.

Além disso, se a pressa é inimiga da perfeição, em trabalhos exploratórios de petróleo, pelo menos na plataforma continental, "o aumento demasiado de atividades não acelera os passos para as conclusões, pois há um limite até onde elas podem ser intensificadas, eficientemente. Investimentos desordenados poderão comprometer a operação, tornando-a mais onerosa e arriscada". É o parecer dos técnicos, com o saber haurido nos livros e também de experiência feito.

TRABALHOS

Examinando antes, assim, cuidadosamente as bacias terrestres e as províncias submarinas sedimentares para nelas não investir sem proveito, a PETROBRÁS, ao mesmo tempo em que explora algumas de nossas bacias — as paleozóicas (Amazonas, Paraíba, Maranhão e Paraná); as cretáceas (Norte, Nordeste, Espírito Santo, Jequitinhonha); e as terciárias (Acre, Maranhão, Amapá, Pelotas) — perfura na plataforma continental, de área de mais de oitocentos mil km², onde descobriu os campos de Guaricema, agora em

produção; Carioba, Dourado e Camorim, em Sergipe, os quais se estima que em 1974 dêem uma produção diária de 50.000 barris. E já se anuncia que nova descoberta terá feito ultimamente na plataforma da região de Campos, Estado do Rio de Janeiro, onde formação geológica, semelhante à da Arábia Saudita e à do Kuwait, poderá ensejar a produção de 120 a 150 mil barris diários. Anote-se, aliás, que temos nas costas de São Paulo, Estado do Rio, Bahia, Sergipe e Piauí-Ceará cinco plataformas e 2 navios-sonda em trabalhos de perfuração submarina, cujos resultados se apresentam sobremodo promissores.

Em 1972, perfurou a PETROBRÁS 109 mil metros cúbicos, 84 mil nas bacias sedimentares e 26 nas províncias submarinas, 21% mais, portanto, que em 1971, quando foram perfurados 91 poços, 82 mil metros em terra e 9 mil metros no mar. Em 1972, concluiu a PETROBRÁS 81 poços terrestres e 14 submarinos, sendo de óleo 58 dos primeiros e 10 dos segundos.

DECRÉSCIMO E ACRÉSCIMO

Por certo que, a partir de 1968, tem havido decréscimo das atividades de exploração em terra. Mas destaque-se que um grande acréscimo de atividades se registra na plataforma continental. Na realidade, houve, no total, considerável aumento nas atividades de exploração, o qual não se refletiu diretamente nas cifras de investimentos por causa da diferença de fases de operação. Em terra, diminuíram — é verdade — as atividades de uma exploração em fase madura e sobremodo dispendiosa — muita perfuração, muitas instalações. Ao mesmo tempo, porém, expandia-se no mar a exploração em sua fase inicial — muita geofísica, interpretações geológicas, estudos de laboratórios —, exploração esta que de começo requer despesas relativamente menores. Para manter, porém, tal nível de atividade, os investimentos tenderão a crescer consideravelmente, a começar deste ano.

AUTO-SUFICIÊNCIA

Com a aprendizagem adquirida nesses estudos e trabalhos e nas dificuldades que enfrenta, amadureceu, ganhou experiência, tornou-se adulta a PETROBRÁS e assim conquistou condições para alcançar vôo mais alto, necessário ao melhor desempenho de sua mis-

são precípua, que é de promover o desenvolvimento do Brasil, garantindo-lhe o suprimento de óleo.

Certo que o desejo de todos os brasileiros, o empenho maior da PETROBRÁS, que tão bem representa nesse particular os anseios da Nação, é a auto-suficiência em petróleo. Infelizmente, porém, apesar dos esforços que temos feito, até hoje não alcançamos dita meta: a esta altura, nossa produção beira um terço do nosso consumo. Mas, como, aliás, já tive oportunidade de dizer da tribuna do Congresso Nacional, se, até agora, não descobrimos no nosso território petróleo em quantidade suficiente para nos auto-abastecer, nenhuma calamidade constituiu para nós esse fato. Pois não possuímos indústria siderúrgica sem termos bom carvão? E o Japão não é, sob tantos aspectos, a terceira potência industrial do mundo, sem haver em seu subsolo nem ferro, nem carvão, nem petróleo em quantidade correspondente à demanda local? E a América do Norte não é a primeira superpotência, mesmo carecendo importar petróleo do Oriente Médio e da Venezuela, porque não o produz bastante para atender às necessidades de seu consumo? Também não importam petróleo a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália, sem que deixem por isso de ser grandes nações? E não progride também, ainda que sem possuir petróleo, o pequeno Israel?

VANTAGENS

Com a consciência do dever de homem público, defendi, há cerca de dois anos, no Congresso Nacional, o projeto que alterava o art. 41 da Lei nº 2.004, para permitir à PETROBRÁS pesquisar e explorar petróleo lá fora, através de subsidiária, sem as limitações do art. 39. Com isso, dávamos-lhe maior flexibilidade, ampliávamos-lhe as possibilidades de ação e aumentávamos-lhe a área de produção, ao mesmo tempo que lhe assegurávamos nova experiência industrial e comercial e o **know-how** dos países exportadores de petróleo. Realmente, a ida da PETROBRÁS para o exterior, associada a outras firmas com maior experiência, não somente a beneficiaria, mas à própria Nação. Além de adquirirmos por lá petróleo mais barato, melhorariamos os nossos conhecimentos técnicos para os trabalhos de pesquisa e exploração internas. Ademais, defende-se que países desenvolvidos ou em desenvolvimento não devem exaurir suas reservas de petróleo, mas mantê-las no subsolo para consumi-las ou vendê-las, quando aumentarem as necessi-

dades do mundo, os preços subirem ou escassearem as disponibilidades de nações produtoras e exportadoras. Veja-se o exemplo dos Estados Unidos e da Rússia, que, embora ricos em petróleo, vão adquirir-lo e pesquisá-lo em outras partes do mundo.

BRASPETRO

Em decorrência da modificação da Lei nº 2.004, aprovado o projeto governamental, criou-se em 1972, com capital de Cr\$ 200 milhões, a BRASPETRO, cujos frutos já começamos a colher. No exercício de atividades facultadas à PETROBRÁS no exterior, tem ela possibilitado, nos países em que atua, a abertura, por exemplo, de mercados para as exportações brasileiras de manufaturados. Além disso, já hoje a BRASPETRO, associada à Tennessee Colombia S/A. (Tennecol), começa a produzir economicamente petróleo, encontrado no Alto Magdalena, na Colômbia, a 2.500 metros de profundidade. Também faz pesquisas no Egito e na República Malgaxe (Madagascar), associada, com 50% do capital, à Chevron Overseas Petroleum Corporation, dos Estados Unidos; e está no Iraque, para um contrato de serviços, conjuntamente com a Iraq National Oil Company (INOC). Também, em associação com cinco empresas internacionais, integra, com 25% do capital, um consórcio que participará da concorrência para exploração de petróleo na plataforma continental da Noruega, no Mar do Norte. E negociações vão sendo encaminhadas para explorar petróleo na Nigéria e Tanzânia, na Venezuela, na África, no Equador, na Bolívia, na Indonésia.

DEMANDA

Está, assim, a PETROBRÁS presente aqui e no exterior, em terra e no mar, com o objetivo de bem aparelhar-se para abastecer o País de derivados de petróleo, cuja demanda, como se sabe, aumenta consideravelmente.

Se, em 1971, consumimos 10.617m³ de gasolina automotiva e 7.156 mil m³ de óleo diesel; em 1972 o consumo nacional alcançou 11.946 mil m³ e 7.973 mil m³ respectivamente, ou seja, mais de 12,5% e 11,4%. O consumo do País de derivados de petróleo em geral atinge hoje a 600.000 barris diários, cada barril correspondendo a 158 litros.

Até 1980, só o consumo de gasolina automotiva mais do que duplicará, quer na Região I (Norte); quer na Região II (Nordeste, de Belém a Maceió); quer na Região III (Bahia, Sergipe, parte do Espírito Santo e Minas Gerais); quer na Região IV (Guanabara, Estado do Rio, Minas Gerais e Goiás); Região V (São Paulo e Norte do Paraná); Região VI (Stª Catarina e Paraná); Região VII (Rio Grande e parte de Santa Catarina e Paraná); sendo que na Região V aumenta o consumo bem mais que nas outras, e na Região VII o aumento é de apenas 25%.

Em 1960, a demanda nacional foi três vezes a de 1950 — de 5.344 m³ para 15.597 m³ —; em 1970, quase seis vezes mais, ou seja, 30.214 m³; e em 1980, 11 vezes, 66.099 m³. Mas, entre 1980 e 1985, calcula-se que o consumo geral se elevará cerca de 20 vezes, 100.731 mil m³, crescendo mais o de asfalto, nafta e combustível para a aviação.

Prevendo tais aumentos de demanda, a PETROBRÁS já está executando, desde 1972 e até 1975, projetos prioritários no total de Cr\$ 12 milhões, sendo Cr\$ 5.042 milhões em exploração e produção de petróleo; Cr\$ 3.543 milhões em refinação; Cr\$ 2.055 milhões em transportes, oleodutos e terminais, além de Cr\$ 1.623 milhões em industrialização do xisto, pesquisas tecnológicas, comercialização de derivados de petróleo e novos projetos em estudos e em execução.

FORÇA DE PROGRESSO

Vale frisar que a PETROBRÁS não participa do desenvolvimento nacional apenas com a descoberta de novas fontes de petróleo, a fabricação de seus derivados e o abastecimento do mercado interno — o que seria já de si extraordinário.

Pela sua presença na economia brasileira e pelas suas atividades, exerce ela, além disso, grande força impulsionadora de progresso e bem-estar. Os salários pagos a seus empregados, os equipamentos e materiais de consumo e permanente que compra no mercado brasileiro, os **royalties** que paga a Estados e Municípios pela lavra e extração, em suas terras, de petróleo e gás natural, dão-lhe, por si, posição excepcional entre os construtores do futuro do País.

Não é tudo, porém. A esse elenco de benefícios, juntam-se os altos padrões de produtividade que a informam, os avanços da

petroquímica, sobre a qual lamento que a exigüidade de tempo de que disponho não me permita falar mais longamente, como merece a sua extraordinária importância; a fabricação de fertilizantes em Cubatão, produtora, por ano, de 6.500 toneladas de amônia anidra, 26.000 toneladas de ácido nítrico; 9.000 toneladas de nitrato de amônia e 36.000 toneladas de nitrocálcio; as fábricas de asfalto de Fortaleza, com 90.000 toneladas por ano; Duque de Caxias, Betim, Canoas, Paulínia e Cubatão, esta com capacidade para produzir anualmente 365.000 toneladas; as refinarias de Mataripe, na Bahia, com capacidade para processar diariamente 11.200 m³ de petróleo; Duque de Caxias, no Estado do Rio, com capacidade de 26.000 m³ por dia; Betim, em Minas Gerais, com capacidade de 7.200 m³; Canoas, no Rio Grande do Sul, com capacidade de 7.260 m³; Paulínia, em São Paulo, com capacidade para processar 20.000 m³ diários de petróleo; os terminais marítimos de Carmópolis, Salvador, Guanabara, Tramandaí e São Sebastião; os oleodutos de Rio—Belo Horizonte, com 362 km; Tramandaí—Canoas, com 102 quilômetros; os da Bahia e Sergipe com 200 km; a rede de oleodutos do Recôncavo Baiano, com 290 km; o oleoduto de São Sebastião—Cubatão, com 120 km; unidades de craqueamento catalítico nas refinarias de Betim, Canoas, Cubatão, Duque de Caxias, Mataripe; conjunto de lubrificantes nas refinarias de Mataripe e Duque de Caxias, produzindo 750 m³ diários de óleos lubrificantes básicos; unidades de produção de eteno, propeno e resíduos aromáticos de reformulação catalítica e de extração de aromáticos, de pirólise de eteno e nafta na refinaria de Cubatão; fábricas de amônia e uréia, no Conjunto Petroquímico da Bahia, em Camaçari; fábrica de borracha sintética, próxima à Refinaria Duque de Caxias. Cresce, por outro lado, continuamente a quantidade de matéria-prima petroquímica que a PETROBRÁS produz e fornece ao mercado interno. Está ela realmente atuante e afirmativa em importantíssimos setores da infra-estrutura do nosso desenvolvimento.

EXCLUSIVIDADE DE COMPRAS

Acrescente-se que, defendendo a exclusividade das compras, no exterior, de petróleo bruto e gás liquefeito, assegurou para a Nação notável economia de divisas e bom negócio para as refinarias particulares. Diversificando as suas fontes de abastecimento, que se estendem da Venezuela à África, Oriente Médio e URSS, e

tornando-se a maior compradora de petróleo do mundo — pôde discutir preços e reduzi-los. Assim tendo adquirido em 1955 o petróleo bruto a US\$ 2,97 o barril, em 1964, quase dez anos depois, adquiriu-o por menos: a US\$ 2,11. Em 1945, o preço médio CIF do gás liquefeito era de US\$ 170,80 a tonelada e em 1968 a PETROBRÁS o comprou a US\$ 51,90. A economia de divisas, no que diz respeito aos preços anteriores pelos quais adquiríamos o petróleo e derivados, foi de US\$ 5,1 milhões.

A PETROBRÁS entrou no setor de distribuição de derivados e em 6 anos, em 1970, já ocupava o 3º lugar entre as companhias distribuidoras, vendendo 250.000 m³ de produtos mensalmente, que correspondem a 14% do mercado nacional. Em 1971, aumentava de 55% suas vendas ao consumidor, conservava o mesmo terceiro lugar e tinha 22% do volume do mercado interno.

SITUAÇÃO DO MUNDO

Alguns países, sofrendo a falta de petróleo, atravessam situação difícil que lembra a de depois da Primeira Grande Guerra. Até há poucos anos eram os compradores que ditavam normas ao mercado, mas agora são os vendedores, os produtores e não os consumidores que o fazem. Verificando como cresce o consumo de petróleo, eles procuram elevar-lhe os preços, reduzindo-lhe, ao mesmo tempo, a extração.

Em maio deste ano, a Líbia, o Iraque, a Argélia e o Kuwait levantaram por 24 horas o fornecimento de óleo às empresas estrangeiras, em apoio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e ainda como advertência aos Estados Unidos para que não continuem a ajudar política e militarmente Israel. A OPEP quer um aumento de 11,1% no preço do barril, alegando que a última desvalorização do dólar foi de 10%. Os Estados Unidos, que são os maiores produtores de petróleo, com 6% da população mundial, consomem um terço da energia produzida pela humanidade, passam por séria crise de combustíveis e já vivem em regime de racionamento. Bombas de gasolina só vendem 26 litros a cada veículo — ou seja, 3 dólares — e 18% dos postos de serviços do Estado do Colorado estavam fechados, em agosto último, quando por lá andou, fazendo reportagens, jornalista da revista "L'Express", de Paris. E os jornais de hoje informam em telegrama de Washington que o Presidente Richard Nixon determinou ontem

o racionamento de gás e o de petróleo para calefação doméstica a fim de evitar que haja no próximo inverno falta de aquecimento em hospitais e residências.

Na Itália, criou-se a mesma situação de penúria, e o governo teve, como o da Espanha, que concordar com o aumento dos preços. A Inglaterra, por seu lado, tenciona fazer racionamento.

NO BRASIL

Correspondendo às esperanças e à confiança do povo brasileiro, a PETROBRÁS previu o temporal e tomou medidas acauteladoras que preservaram a Nação das conseqüências da crise. Em tais condições não estamos ameaçados de carência de combustível, não há perspectiva de sermos, pela falta dele, bloqueados no nosso desenvolvimento. As nossas reservas de óleo em depósito e os contratos que já firmamos com as companhias exportadoras, além do que extraímos dos nossos poços e do que devemos extrair em outros países onde já se encontra a BRASPETRO, asseguram-nos o abastecimento nestes próximos anos, durante os quais continuaremos auto-suficientes em refino, com novas refinarias a serem instaladas em diferentes pontos do nosso território, de acordo com as necessidades de consumo.

O triunfo da PETROBRÁS, hoje a maior empresa da América do Sul e uma das maiores do mundo, claramente demonstra como andamos bem avisados quando, em 1953, a criamos, estabelecendo o monopólio estatal. Saímos do plano amocional, das explosões demagógicas para a seriedade da construção lastreada pela técnica. E tal altura ganhou a PETROBRÁS, com o realismo e o idealismo dos bons brasileiros que a integram e dirigem, que hoje o monopólio estatal não consta apenas de uma lei, mas foi inserido na nossa própria Carta Magna, na Constituição de 1967, e mantido na Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Conserva-se íntegro, assim, ao longo dos anos, o crédito de confiança que à PETROBRÁS conferiu o povo brasileiro. Afirmando sua responsabilidade no desenvolvimento econômico, que impulsionou com o suprimento de combustíveis e também a aquisição dos diversos equipamentos e máquinas para a pesquisa, lavra e exploração do petróleo, não se ausentou ela do plano social e humano, onde está presente através da mão-de-obra de todas as categorias que utiliza e ainda do tratamento dispensado ao ho-

mem, a quem dá trabalho bem pago e melhores condições de vida, e de cuja saúde e educação cuida com desvelo.

Melhor se mede a importância da missão da PETROBRÁS se atentarmos em que cerca de 70% dos nossos transportes dependem do petróleo, que é, assim, para nós, elemento de sobrevivência.

Jamais desacreditamos, mesmo os brasileiros não porque ufanistas, das nossas possibilidades, como da nossa capacidade de concretizá-las, mas o fato é que o exemplo da PETROBRÁS nos fortalece a fé e nos dá ânimo para mais arrojados empreendimentos.

DISCURSO DO DEPUTADO MARCELO MEDEIROS

12
0
2

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sábado, dia 27 de agosto de 1859, o Coronel Edwin L. Drake descobriu petróleo em Titusville, na Pensilvânia, dando início ao ciclo comercial do produto nos Estados Unidos como remédio para curar reumatismo.

Também no sábado, 72 anos depois, após longo e controverso período de reconhecimentos geológicos em vários pontos do País, a 31 de março, o engenheiro Manuel Inácio Bastos e o Sr. Oscar Salvador Cordeiro acharam petróleo em Lobato, na Bahia. Estava assegurada ao Brasil posição de destaque na economia do Século XX.

A evolução da indústria petrolífera nos Estados Unidos nos anos subseqüentes ao descobrimento do óleo em Titusville revelou ao mundo sua importância fundamental.

O crescimento acelerado da demanda de combustíveis líquidos demonstrou que os países possuidores de petróleo atingem rapidamente o progresso social e econômico.

O desenvolvimento desse setor industrial, confundindo-se então com os objetivos nacionais, fez com que o Estado passasse a controlá-lo.

Prenúncio desta nova função da soberania estatal pode ser atribuída a Hartshorn, que, ao estudar a estrutura internacional das companhias de petróleo, notou que "mais e mais pessoas — e mais e mais governos — estão começando a sentir que o negócio do petróleo é muito importante para se deixar o industrial sozinho".

A concepção rockefelleriana do monopólio horizontal, da pesquisa à distribuição dos derivados, que lhe permitiu formar a "elite controladora" Standard Oil, e com ela dominar esta indústria por quase meio século, deu nova dimensão à estrutura industrial petrolífera, convertendo-a numa indústria tipicamente "integrada e internacional, de origem e tendência monopolista".

O monopólio horizontal é característica, até hoje, de todas as grandes companhias internacionais de petróleo. A John D. Rockefeller devemos também a antevisão do que seria a luta

monopolística pelo petróleo, tanto no plano nacional, como no internacional — a chamada “guerra dos trustes e dos cartéis”.

A crescente influência das “elites controladoras internacionais”, especialmente a Standard Oil e a Royal Dutch Shell, junto aos “governos hospedeiros” consumidores ou produtores, suas vocações imperialistas e a importância do petróleo no êxito das operações militares da última guerra, demonstraram a necessidade do intervencionismo estatal na indústria petrolífera.

Sr. Presidente, ao ser honrado com a indicação da Presidência da Câmara para falar nesta solenidade comemorativa do 20º aniversário da PETROBRÁS, pretendo fixar-me em alguns aspectos que considero mais importantes da história do petróleo em nosso País. A vastidão do tema e a enorme bibliografia existente impedem ou tornam desnecessária a análise detalhada desses acontecimentos. Limitar-me-ei, então, ao relato sintetizado e à interpretação objetiva dos fatos que se transformaram, talvez desde muitos anos, no fator de maior mobilização da opinião pública brasileira, onde as mais representativas expressões do poder político nacional uniram-se em defesa dos legítimos interesses brasileiros e instituíram o monopólio da União sobre:

I — a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II — a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III — o transporte marítimo do petróleo bruto de origem ou de derivados de petróleo produzidos no País e, bem assim, o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem”. (Lei nº 2.004, art. 1º)

A primeira tentativa de regular a propriedade de exploração das jazidas de petróleo teve origem na Câmara dos Deputados, com o Projeto de Lei nº 260, de 22 de julho de 1927, de autoria dos Deputados Ildefonso Simões Lopes e Marcondes Filho.

Estabelecia o projeto que “as jazidas de petróleo não podem pertencer a estrangeiros nem ser por eles exploradas”. (art. 2º)

Na justificativa, assinalavam os ilustres Deputados que era “tal o aumento do consumo do petróleo nos múltiplos misteres industriais do mundo, que as grandes potências concentram as suas energias financeiras e políticas para, quando não se

apropriarem das jazidas conhecidas, conseguirem exercer, ao menos, sobre elas, poderoso controle”.

Mais adiante chamavam a atenção para o relatório da Comissão Federal Americana, que dizia:

“Existem no México e na América do Sul campos petrolíferos ainda não explorados. Nossas companhias deveriam efetuar, ali, sem demora, explorações, pois é absolutamente essencial que essas jazidas sejam futuramente controladas por cidadãos norte-americanos.”

E terminavam:

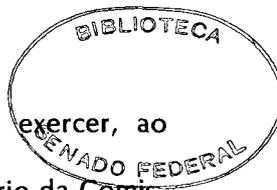
“É mister criar uma grande força capaz de enfrentar os poderosos trustes cujos apetites ficaram acima perfeitamente caracterizados.”

O projeto despertou tamanho interesse entre os parlamentares, que o elevado número de emendas e substitutivos apresentados retardou o seu andamento, fazendo coincidir a última emenda, a de número 138, de agosto de 1937, com a dissolução do Parlamento.

Encerrada, sem êxito, a primeira tentativa legislativa, o problema do petróleo só iria concentrar outra vez as preocupações dos congressistas em 1948, com as Mensagens nº 61, de 31 de janeiro de 1948, propondo nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 395, de 20 de abril de 1938, que “declarava de utilidade pública a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio do petróleo bruto e de seus derivados no território nacional, bem como a indústria de refinação”; e a de nº 62, de 4 de fevereiro de 1948, que criava o “Estatuto do Petróleo”.

No ano anterior, dois projetos haviam sido apresentados pela bancada comunista da Câmara dos Deputados. Não tiveram maior repercussão, inclusive porque permitiam a entrada do capital estrangeiro nas atividades relacionadas ao abastecimento nacional de petróleo. Foram anexados à Mensagem presidencial nº 62 e julgados prejudicados.

A Mensagem nº 61, que visava a incrementar a indústria refinadora, significava uma reversão na política do petróleo, pois dispensava a qualidade de brasileiro nato para a subscrição do capital das empresas de refinação, por ser “indispensável a remoção dos embaraços legais que até aqui têm impossibilitado a conjuga-



ção de capitais e esforços de brasileiros, particularmente se atentarmos ao espírito liberal da Constituição de 1946”.

Nessa época, recrudesciam os interesses dos trustes internacionais pelo nosso petróleo, já denunciados em 1927 pelo Deputado Simões Lopes, que, em 1936, voltava a alertar:

“É fora de dúvida que os trabalhos oficiais do Governo estão sendo acompanhados por companhias estrangeiras dos países que exercem o controle desse artigo, os EUA e a Inglaterra. Elas só aguardam os resultados positivos das pesquisas oficiais para tornarem efetivos os negócios combinados.”

De fato, as duas companhias organizadas no Rio de Janeiro — a Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasileiro e a Companhia Brasileira de Petróleos — unanimemente consideradas, na época, como filiadas respectivamente à Standard Oil e à Shell, adquiriram direitos de exploração do subsolo, aos proprietários de extensas glebas de terra em regiões onde se presumia existir petróleo.

Os interesses internacionais pelo petróleo brasileiro se faziam manifestar em setores ponderáveis da vida nacional.

A mudança do dispositivo constitucional de 1937, que vedava taxativamente a estrangeiros o aproveitamento das jazidas minerais, para o texto liberal de 1946, que permitia aos estrangeiros organizarem sociedades em nosso País, conseqüência sintomática desses interesses, conforme denunciou na época o ex-Presidente Arthur Bernardes.

“Esse espírito liberal da Constituição de 1946”, que a Mensagem Presidencial nº 61 invocava, trouxe novamente ao **front** de batalha do petróleo brasileiro o seu grande comandante: o General Horta Barbosa, que, não estando mais na Presidência do Conselho Nacional do Petróleo, teve de usar de todos os meios, de todas as tribunas, na defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo.

Nesta parte do meu pronunciamento, peço a vênua de V. Ex^{as} para homenagear, na pessoa do General Horta Barbosa, todos os oficiais superiores que se engajaram na luta pelo petróleo brasileiro. Deles se orgulham as nossas Forças Armadas, deles devem se orgulhar todos os que, como nós, amam a nossa Pátria e lutam pelo engrandecimento do Brasil.

Deste ponto ao final, os seus nomes reaparecerão muitas vezes. Foram os anjos da guarda do petróleo brasileiro. Se não fosse a sua atuação destemida e muitas vezes incompreendida, não estaríamos aqui hoje comemorando o 20º aniversário de uma das maiores empresas do mundo.

A Mensagem nº 62 acompanhava o esboço do anteprojeto de lei elaborado pela Comissão anteriormente nomeada pelo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo para “rever a atual legislação sobre a matéria, inclusive o código de Minas, no que é pertinente ao petróleo”.

O anteprojeto do Estatuto do Petróleo, antes de ser enviado ao Congresso, já havia sido submetido à “Comissão de Investimentos”, criada em 10 de abril de 1947, onde foi objeto de calorosos debates quanto à participação de capitais estrangeiros na exploração do nosso petróleo.

As mensagens presidenciais chegaram ao Congresso no momento exato em que a campanha do petróleo chegava ao seu clímax, onde se conservou até 1954.

A participação, inexplicável e inadmissível, de representantes oficiais da Standard Oil na redação do Estatuto do Petróleo desagradou aos congressistas e mereceu rigorosa censura da Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados:

“De início, queremos deixar consignada a nossa estranheza e o nosso protesto pelo fato de se haver permitido que cidadãos estrangeiros, representantes dos interesses dos trustes mundiais do petróleo, os Senhores Herbert Hoover Jr. e Arthur A. Curtice, tenham tomado parte saliente na elaboração do anteprojeto enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional.”

Na Comissão de Justiça, o Deputado Benedito Costa Neto relatou favoravelmente o anteprojeto, embora com muitas ressalvas e várias emendas. O Presidente da Comissão, Deputado Agamenon Magalhães, votando contrariamente, lançou a tese do monopólio da União no Congresso Nacional.

Na Comissão de Indústria e Comércio, o Relator Deputado Amando Fontes, apresentou um substitutivo de 21 artigos, determinando que a exploração industrial do petróleo se faria através de uma sociedade de economia mista — Jazidas Petrolíferas Nacionais S/A.

Os debates prolongaram-se indefinidamente, sem que se pudesse votar nem o "Estatuto do Petróleo", nem o substitutivo do Sr. Costa Neto. Confirmava-se o vaticínio de Arthur Bernardes.

"Este anteprojeto quase constitui, nos moldes em que está organizado, em desrespeito aos Poderes Executivo e Legislativo. Não se pode admitir que vingue um projeto de lei como esse, de compreensão quase impossível e originariamente feito por estrangeiros. Eu lhes conheço o estilo e estou familiarizado com seus artifícios e suas soléncias."

O petróleo havia-se transformado numa paixão pública inigualável, desde a campanha abolicionista de 60 anos atrás. Em parte, representava uma reação do Brasil à sua marginalização nos assuntos mundiais, ao isolacionismo da América do Sul, enquanto se intensificava a "guerra fria". Aqui, como em outros países, esta reação tomou a forma de uma recrudescente política nacionalista. A ajuda e os interesses americanos procuravam outros países. Havia-se que reconstruir a Europa. Ao Brasil, deixava-se a sensação de perda.

Getúlio Vargas, em seu famoso discurso no Senado em 1946, sobre o retorno do exílio político, já havia lembrado como o Brasil crescera sob sua liderança, desenvolvera-se a indústria e expandira-se a justiça social.

Deixando sua bandeira tremular aos ventos do nacionalismo, Getúlio Vargas retornou ao poder. Os ataques implacáveis da oposição ao Estado Novo tornaram-se irrelevantes com o surgimento das forças nacionalistas e a discussão dos novos problemas.

As histórias da influência dos trustes internacionais sobre vários setores da vida nacional eram baseadas em fatos e, às vezes, em ficção. Aos poucos, o prestígio e a presença constante dessas corporações estrangeiras, em todos os assuntos de interesse nacional, foram irritando. Eram demasiados aos olhos da maioria dos brasileiros.

Os debates no Clube Militar, onde o General Horta Barbosa argumentava com sua política de monopólio estatal, polarizou as opiniões entre os oficiais. A sua confiança na capacidade técnica nacional, o apelo às vezes dramático pela defesa da nossa soberania já não eram mais reservados ao círculo militar e ao Conselho Nacional do Petróleo, mas, sim, apregoados a toda a Nação. Suas

entrevistas à imprensa eram como revelações. O "Jornal de Debates", semanário do Rio de Janeiro, passou a tratar exclusivamente do problema do petróleo. Políticos de todas as tendências foram convidados a escrever em suas páginas. Aumentou vertiginosamente a sua circulação, e outros jornais passaram a imitá-lo.

Em 6 de dezembro de 1951, Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei destinado a criar a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, salientando que "a não ser que tomemos agora as providências indispensáveis, nas dimensões adequadas, terá o País que considerar, em futuro não muito afastado, a necessidade do racionamento de combustíveis líquidos".

Embora não existisse, em nenhum dos 31 artigos do projeto do Executivo, qualquer dispositivo que constituísse monopólio da União a exploração das atividades petrolíferas em nosso País, o debate já havia começado no Congresso Nacional, na imprensa, nas ruas, nas escolas, nos clubes, no recesso dos lares, nas praças públicas e em todos os setores da atividade nacional.

Excessivamente vago em suas formulações, o projeto do Executivo sobre a PETROBRÁS foi mais tarde interpretado como hábil manobra política para polarizar as contradições partidárias da oposição, propiciar articulações e, diante do quadro da problemática do petróleo brasileiro, levar o Congresso e, principalmente, a oposição, à solução do monopólio estatal.

Na realidade, diante da lógica do comportamento político de Vargas, esta interpretação não deve estar muito longe da verdade, pois representantes dos mais conservadores da política brasileira repudiaram a participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera do nosso País.

Rejeitado o substitutivo apresentado ao projeto original e após calorosos debates, acordaram a oposição e o partido do Governo, sendo votada a 21 de setembro de 1953 a redação final da lei histórica.

Dois dias depois, o Projeto nº 1.516-H foi integralmente sancionado. Transformou-se na Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, quando se comemorava o 3º aniversário do pleito eleitoral que havia reconduzido à Presidência da República o Sr. Getúlio Vargas.

Após longa elaboração congressional (um ano, nove meses e quinze dias), o Poder Legislativo, em eloqüente demonstração de

maturidade política e vocação patriótica, criava a PETROBRÁS, abrindo novas e infundáveis perspectivas para o desenvolvimento de nosso País. "É uma hora histórica que passa, transcendental, vivida pelo País, que luta pela conquista definitiva de sua independência econômica, desejada por todos nós. A industrialização do petróleo será a munição abastecedora de todas as nossas fontes de produção, vanguardéiras que são do desenvolvimento e engrandecimento da Nação brasileira", como muito bem realçou o Deputado Manhães Barreto, Relator do projeto do Executivo na Comissão de Finanças desta Casa.

No Senado Federal, Landulpho Alves, outro incansável líder da batalha do petróleo, proclamava que a criação da PETROBRÁS "supera, em importância política, econômica e social, todos os atos do Governo nesta esfera de ação, como se alteia dentre todos os de não pequena História Político-Econômica do Brasil.

E o fato de se haver constatado a colaboração íntima do Legislativo, tão harmonicamente com o Executivo, na feitura do transcendente diploma legal, ainda mais destaca o feito, mais o cometimento orgulha, mais confiança desperta e acrisola, no futuro do País, a figurar entre as Nações livres do universo, pelo poder do pensamento, capacidade de realização e larga visão de deveres e direitos, de liberdade e de autodeterminação dos povos, de que se acham possuídos os seus filhos.

É um grande legado que deixaremos às novas gerações que aí estão e às gerações por virem".

Desde 1919, o Estado preocupava-se com o problema do petróleo. Desta data em diante, intensificou a sua atuação neste setor, com o objetivo de implantar a indústria petrolífera em nosso País. Desse modo, a PETROBRÁS herdaria em 1954 o respeitável patrimônio científico e industrial do Conselho Nacional do Petróleo. Por esse mesmo motivo, também se pode melhor compreender a validade da tese do monopólio estatal. Era, possivelmente, a mais indicada do ponto de vista econômico no período de tramitação do projeto do Executivo.

Entrementes, o movimento nacionalista havia tomado tal vulto que era impossível contrariá-lo.

O exemplo do México, criando a PEMEX e instituindo o monopólio, estava presente a influenciar a opinião pública e o Congresso Nacional.

No meio militar, a tese do monopólio estatal estava disseminada. A campanha eleitoral pró-chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, para a Presidência do Clube Militar, obtivera consagrada vitória. Enquanto isso, o General Felicíssimo Cardoso afirmava:

“Graças à campanha do petróleo, iniciada no salão de conferências do Clube Militar em 1947, não tinha sido transformado em lei o impatriótico anteprojeto do Estatuto do Petróleo.”

Na Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados o Sr. Mário Bittencourt Sampaio, ex-administrador do Plano SALTE, denunciava:

“Chegamos ao ponto de ter os portos do Rio Grande do Sul abastecidos por petroleiros estrangeiros. O Exército estacionado no Rio Grande do Sul, para a defesa da integridade do País, era abastecido por petroleiros que viñham muitas vezes de países fronteiriços.”

Também na Câmara dos Deputados e perante Comissões conjuntas, afirmava o General Horta Barbosa:

“Exército, Marinha e Aeronáutica estão fadados a derrota se não contarem com petróleo para movimentar-se. Os transportes de suprimentos militares e a indústria bélica são esforços inúteis sem a essência principal.

Nas nações independentes — continuava o General Horta Barbosa — a responsabilidade da defesa nacional cabe aos seus próprios governos e a mais ninguém. Do mesmo modo que compete ao Estado administrar quartéis, fortalezas, belonaves, bases aéreas, arsenais e fábricas militares, pertence-lhe, também, a indústria do petróleo,

Daí, a grave ameaça que representa para a soberania nacional e para a nossa segurança toda a tendência de entrega de nossas jazidas, ostensiva ou disfarçadamente, aos trustes internacionais.”

O Senador Attilio Vivacqua arrematava:

“O petróleo é mais que uma arma; é um objetivo de guerra.”

O sentimento nacionalista resplandeceu no Brasil na Revolução de 30. Em 1934, muitas de suas reivindicações estavam

incluídas no texto constitucional. A União poderia monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, a lei promoveria a nacionalização progressiva dos bancos de depósitos e das empresas de seguro; as minas e demais riquezas do subsolo bem como as quedas d'água constituíam propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial; o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privadas, dependiam de autorização ou concessão federal; as autorizações ou concessões só podiam ser conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no País; a lei regularia a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.

A tomada de consciência nacionalista procurava, na prática, legislar sobre o domínio da riqueza, da produção e do trabalho, da valorização do elemento humano, em suma, do desenvolvimento econômico.

Se emoção houve na atitude nacionalista, serviu para alimentá-la da imagem de uma nação disposta a colocar a serviço de seu destino os seus próprios recursos.

Incompreensões a este "estado de espírito nacionalista", por certo houve. Mas não foram suficientes para arrancar deles as raízes profundas que os ligavam à terra, como o desejo de ajudar a construir uma pátria forte, rica e soberana.

A grande maioria da opinião pública queria uma solução nacionalista para o problema do petróleo, vital para a segurança e o desenvolvimento do País. E o Congresso a deu.

Em carta de 30 de abril de 1954, o Presidente Getúlio Vargas agradecia ao Consultor-Geral da República a elaboração dos atos constitutivos da empresa:

"Rio de Janeiro, 30 de abril de 1954

Prezado Amigo Dr. Carlos Medeiros Silva,

Agradeço a comunicação das suas últimas providências que vieram assegurar a existência legal e a personalidade jurídica própria à PETROBRÁS S.A.

Nesta oportunidade considero de justiça encarecer a eficiência, o zelo, a dedicação e a competência com que se desincumbiu do encargo que lhe confiei, ao nomeá-lo

representante da União nos atos constitutivos da empresa. O patriotismo e o espírito público que o animaram a levar a termo esse importante trabalho, independentemente de qualquer remuneração, merecem o louvor e a gratidão do Governo.

Receba a expressão do meu alto apreço e cordial estima. — **Getúlio Vargas.**

Hoje, Sr. Presidente, decorridos 20 anos, a PETROBRÁS, que iniciou com um patrimônio de 3.9 milhões de cruzeiros, representa um ativo imobilizado de 10 bilhões de cruzeiros, englobando unidades industriais que garantem o abastecimento do petróleo e derivados para um País de 100 milhões de habitantes, consumindo mais de 700 mil barris de petróleo por dia.

Em 1972, as companhias multinacionais de petróleo operam o maior monopólio da história e transferiram cerca de 15 bilhões de dólares dos países produtores para suas matrizes.

Neste mesmo ano o faturamento da PETROBRÁS obteve um crescimento de 38%, totalizando cerca de 13 bilhões de cruzeiros, e um lucro de 1 bilhão e 800 milhões, sendo destinados aos cofres públicos um total de 5 bilhões e 300 milhões de cruzeiros em impostos. Proporcionou ao País uma economia de divisas da ordem de 460 milhões de dólares.

Nossas exportações de petróleo e derivados ascenderam a 63 milhões de dólares em 1972 e atingirão este ano 84 milhões.

As atividades da PETROBRÁS Distribuidora S/A, exercidas em caráter essencialmente competitivo, já proporcionaram, em 1972, seu primeiro ano de funcionamento autônomo, um lucro líquido de 94 milhões de cruzeiros, correspondendo a uma participação no mercado de 23.4%, e dispondo de cerca de 1.500 postos de serviço.

A capacidade nominal de refinação da empresa é de 733.000 barris por dia, devendo elevar-se até 1978 para 1.350.000 barris, em virtude da construção de novas refinarias e ampliação das já existentes.

A frota nacional de petroleiros, com a capacidade atual de 918 mil toneladas e dispondo de 32 navios, elevar-se-á para 3 milhões de toneladas, com os navios encomendados e cujas entregas se darão até 1977.

Os investimentos realizados de 1970 até o final deste ano atingirão 9.9 bilhões de cruzeiros, dos quais 31.3% em exploração e produção de óleo.

A PETROBRÁS vem ampliando consideravelmente o seu desenvolvimento. Estes resultados constam dos relatórios anualmente apresentados aos acionistas da empresa. Deles retirei somente alguns dados, que acabo de citar, relativos aos três últimos anos, período em que a PETROBRÁS atingiu o seu mais acelerado ritmo de crescimento e expansão.

Hoje, mais do que nunca, a economia mundial repousa sobre a energia. Dela depende o nosso futuro.

O petróleo tornou-se realmente um problema crucial, não apenas em termos de segurança militar, como também de segurança econômica.

Por muitos anos, ainda, o progresso social estará intimamente ligado a ele.

Em julho deste ano, ao despedir-se da Presidência da PETROBRÁS, o General Ernesto Geisel afirmou:

“Tive sempre em mente que nosso objetivo essencial é garantir ao mercado brasileiro o necessário abastecimento de petróleo e derivados, nas melhores condições possíveis de preço, mesmo em circunstâncias adversas.”

Em julho de 1927, quando o Brasil não sabia sequer se possuía petróleo, o Deputado Ildelfonso Simões Lopes apresentava projeto de lei nesta Casa “regulando a propriedade, pesquisa e exploração de petróleo”, e afirmava:

“É preciso baixar ao mínimo o preço de venda de um produto, ao qual estão ligados os interesses da produção agrícola e industrial e as conquistas, enfim, da civilização e do progresso.”

Este, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o meu pronunciamento. **(Palmas prolongadas.)**

DISCURSO DO SENADOR ADALBERTO SENA

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Ministros de Estado e dos Tribunais Superiores da União, Sr. Governador do Distrito Federal, Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Srs. Representantes dos Governos Estaduais, autoridades civis e militares, Srs. Parlamentares, Sr. Vice-Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, digníssimo Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., minhas Senhoras, meus Senhores, com a suprema solenidade de uma congregação das duas Casas do Congresso Nacional, erguem-se os corações dos representantes do povo brasileiro para, no ensejo do aniversário da PETROBRÁS, exaltar aquela grande decisão histórica que foi a promulgação da Lei nº 2.004, de 1953 — autêntica fronteira separando duas Nações diferentes: de um lado ficou o Brasil, economicamente submisso e dependente de tudo — do outro projetou-se um novo País, cõncio de suas potencialidades e de sua responsabilidade no desenvolvimento da economia e da história dos povos.

Em todo processo de desenvolvimento, biológico, histórico, econômico ou humano, há uma palavra-chave: energia. De sua presença depende todo o ciclo de aperfeiçoamento e progresso.

Aos poucos a ciência humana foi conhecendo novas modalidades energéticas, da lenha ao átomo, em etapas sucessivas; e quem dominasse a fonte de energia preponderante na época, assumia automaticamente posição de hegemonia ou, pelo menos, de destaque no consenso geral.

Desde a segunda metade do século passado, o petróleo apresentou suas possibilidades: primeiro como simples combustível para iluminação — e, paulatinamente, à medida que os processos de refinação se aperfeiçoavam, dominou os veículos, máquinas e sistemas de produção. Até que, no século XX, assumiu efetivamente a responsabilidade principal como fonte de energia, mercê das novas técnicas de prospecção, extração, transporte, armazenagem e consumo.

O Brasil, inicialmente, limitou-se a acompanhar de longe e pouco interessado à “novidade” — e seguiu transformando em lenha e cinzas suas matas, devastando, impiedosa e irracionalmente, regiões inteiras.

Exemplo fiel das tentativas e resultados da pesquisa petrolífera em nosso País ocorreu em Bofete, perto de São Paulo, onde Eugênio Ferreira de Camargo furou 420 metros de subsolo e encontrou apenas água mineral.

É desde esse fato, ocorrido em 1897, até a década de 1930, quase nada foi feito de objetivo para dar ao Brasil o petróleo que já se fazia necessário.

Faltava uma estrutura sólida, não havia coordenação e senso de realidade entre as primeiras iniciativas particulares e, muito menos, nos organismos oficiais.

O primeiro registro sério e fundamentado surgiu, curiosamente, num dia 1º de abril.

Foi em 1933 e a manchete do **Diário de Notícias**, de Salvador, era expressiva: “É Petróleo — e do melhor”. E a reportagem histórica trazia os resultados das pesquisas de um grupo pioneiro de baianos, liderados pelos engenheiros Manoel Inácio Bastos e A. J. de Souza Carneiro, que extraíram e analisaram amostras de óleo na localidade de Lobato.

Esta notícia, encarada com ceticismo por muitos, preocupou a alguns.

Nacionalistas convictos e interesses alienígenas começaram a encarar com seriedade o potencial petrolífero brasileiro: os primeiros preocupados em resguardar e aproveitar aquela riqueza exclusivamente em proveito do Brasil — os outros visando apenas à defesa dos grupos que representavam ou almejavam vir algum dia a representar.

Brasileiros — puros de intenção, mas desprovidos de recursos ou tecnologia — ainda tentaram estruturar empresas nacionais capazes de operar no campo do petróleo, mas esbarraram na massa de pressões e desestímulo, oriundos de setores que não eram propriamente inimigos do Brasil — mas simplesmente defendiam posições opostas às necessidades do País.

Foi então, Sr. Presidente, que a figura de Getúlio Vargas se projetou na plenitude de sua grandeza, colosso de patriota e estadista, visionário realista, sonhador objetivo.

Suas palavras, conclamando à formação de uma consciência nacional, foram definitivas:

“A tarefa da conquista do petróleo pelo nosso povo, sob a direção do Governo Nacional, torna indispensável não só um considerável esforço financeiro do País. A exploração do petróleo, enfim, por tanto tempo objeto de discussões estéreis e bizantinas e devaneios de imaginação, foi trazida para o campo das sugestões concretas e das realizações práticas pelo projeto que o Governo teve ocasião de submeter à consideração do Congresso. A solução proposta é a solução realista e patriótica, que deve congregar o apoio de todos os bons brasileiros.”

Getúlio Vargas consolida a intervenção do Governo brasileiro no problema do petróleo a partir de 1938, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo.

Não era, entretanto, a solução final, embora aquele passo tenha sido decisivo.

Petróleo passou a ser assunto de cada brasileiro esclarecido; o que era um fator econômico foi transfigurado em consciência nacional.

E uma simples frase se transformou no maior brado de guerra e de amor: repetiu-se o grito da “Independência ou Morte”, o Brasil não tinha como duvidar ou esquecer: “O PETRÓLEO É NOSSO”!

Para a solução do maior problema brasileiro, identificado há 20 anos como a soberania do petróleo, mobilizou-se toda a Nação: Estudantes, intelectuais, empresários, operários e políticos lutaram, irmanados, em todas as frentes, contra interesses inconfessáveis, manipulados pelos grandes e terríveis trustes e cartéis internacionais. Não poucos deram a liberdade, e até a própria vida, em nome da bandeira da soberania na produção do combustível vital ao desenvolvimento do Brasil.

Por certo na Câmara sobressaíram-se bravos parlamentares, indômitos pelejadores, no combate pela aprovação do projeto governamental de instituição da PETROBRÁS.

Mas, no Senado, a luta assumiu proporções descomunais, em face dos ataques desfechados pelos que traíam os legítimos interesses do Brasil.

Ameaçavam-nos de bloqueios submarinos e outros fantasmas, como o esboroamento da ordem econômica, da sobrevivência da sociedade que integrávamos, da estabilidade das instituições.

E queriam tudo: a pesquisa, a lavra, o refino e a distribuição do nosso petróleo.

A posição brasileira, entretanto, era irretocável, apaixonada e objetiva em suas linhas-mestras.

O Engenheiro Glycon de Paiva, ex-Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, enfrentou várias horas de debates e incompreensões numa reunião das Comissões de Economia e de Transporte da Câmara Federal, mas contou com o entusiasmo da maioria ao expressar, com clareza, os fundamentos do Projeto:

“A legislação vigente em nosso País, o regime legal brasileiro de jazidas de petróleo está consubstanciado no Decreto-lei nº 3.236, de 7 de maio de 1941. Esta lei, em vigência há 11 anos, tudo que permitiu foi o trabalho do Conselho Nacional de Petróleo. Teoricamente, facultou as atividades de entidades privadas. Todavia, nesses 11 anos, apenas 17 pessoas pediram pesquisa de petróleo; 16 pessoas naturais e uma pessoa jurídica, a Cia. Itating. Portanto, em 11 anos, a iniciativa privada entre nós, no setor petróleo, cobriu área de apenas 2.877 quilômetros quadrados, cifra ridícula em presença dos 3 milhões de quilômetros quadrados que devem ser pesquisados.

Essas 17 pessoas se habilitaram a 33 concessões, das quais 9 foram perfuradas nos últimos 9 anos, pela livre empresa brasileira. O que conduz à irrisória média anual de perfuração acumulada para todos os concessionários de pouco mais de 1 quilômetro. A base dessa experiência de 9 anos, em que as empresas nacionais apenas se habilitaram à área global equivalente a um milésimo da área que merece ser pesquisada em território nacional, nessa base, repito, só em 9.000 anos seria possível dizer a última palavra sobre as possibilidades petrolíferas do Brasil, se fôssemos confiar exclusivamente na iniciativa privada, agindo sob a égide da presente legislação sobre petróleo.”

Esses argumentos, onde a sinceridade e o patriotismo beiravam o dramático, foram decisivos para a vitória na primeira batalha — a aprovação pela Câmara.

O Senado seria a etapa posterior e definitiva.

As pressões se avolumaram contra o monopólio nacional.

Em maio de 1953, o "New York Times" se fazia de porta-voz dos grandes grupos estrangeiros, tocando as raias da chantagem declarada, ao afirmar:

"... o que impediu que se ratificasse o Acordo Militar até a última hora, é que essa **combinação de forças destrutivas** no Brasil, constituiu um dos fenômenos mais alarmantes da América Latina, hoje."

Cada pronunciamento da imprensa estrangeira, cada ameaça velada ou aberta, todos os fatores levavam ao acirramento de posições e à adoção de tendências, sem permitir acomodações ou meios-termos:

"O petróleo ou é nosso ou não é nosso."

Os Senadores Bernardes Filho, Aloísio de Carvalho, Domingos Velasco, Kerginaldo Cavalcanti, Alberto Pasqualini e tantos outros, liderados por Landulpho Alves, arrostavam a fúria e as ameaças dos donos do petróleo em todo o mundo. Jamais concederam trégua aos inimigos, até a consagradora vitória final.

Landulpho Alves abria e iluminava as sessões do Senado com petróleo.

Em dois meses e pouco proferiu quase trinta dos mais veementes discursos já ouvidos no Senado e aparteu, destruindo-os, quantos argumentos foram criados pela maquinação da finança internacional, contrária à tese esposada no projeto instituidor da PETROBRÁS.

Os comentários desfavoráveis de uns poucos Senadores — cujos nomes não declinamos para não tisonar tão gratas evocações — tinham a estigmatizá-los a falta de visão política, a ausência de previdência econômica, senão o impatriotismo.

Verberava Landulpho Alves:

"É hora de definirmos posições. Todo o sacrifício é pouco, para que o nosso petróleo não caia em mãos dos inimigos do nosso desenvolvimento econômico, social e político, dos que só nos querem como tributários da matéria-prima para a sua indústria e como consumidores, subalternos e escravizados, dos produtos por eles elaborados. Dos que querem, a um tempo, sugar as nossas

riquezas e eliminar a possibilidade de virmos a constituir nação suficientemente forte a poder decidir, na competição e nas contendas internacionais. Se os incomoda a nossa suposta incapacidade para explorar as riquezas petrolíferas, por falta de técnica, de dinheiro e de capacidade administrativa, por que não nos emprestam o capital necessário ao empreendimento? O que querem é o monopólio, com o que nos estrangulariam.”

“A princípio, Sr. Presidente, era uma cortina de fumaça que se fazia em torno desse caso da entrada do capital monopolizador. Ninguém se animou a trazer à tona a verdade dos fatos ou os intuitos daqueles que defendem o **trust** internacional. Hoje, em lugar da cortina de fumaça, é a fogueira, é o fogo de artifício, é a campanha aberta e clara, sem mais preocupações com o decoro, é o rebrilhar da libra e do dólar fuzilando a inteligência, a razão, o senso de pudor e anulando o sentimento de dever patriótico e de honra.”

A batalha do Senado também resultou numa retumbante vitória para os interesses legítimos do Brasil. Hoje faz exatamente 20 anos que o monopólio estatal do petróleo, a soberania na produção de combustível — consubstanciados na PETROBRÁS — foram integrados nas páginas da história do povo brasileiro com o destaque e o relevo dos grandes capítulos épicos.

Hoje, a PETROBRAS é uma realidade, projetada entre as maiores e mais fortes empresas do mundo — respeitada e admirada como fruto da ação decidida de um povo que soube vencer os inimigos internos e externos, superando e esquecendo tudo que não se ligasse exclusivamente aos reais interesses do País.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Congresso Nacional, não pode o Brasil esquecer os nomes dos seus campeões na luta do petróleo — e os patriotas anônimos merecem o respeito e as homenagens do nosso povo, que os reverencia como verdadeiros heróis.

Porque a luta pelo petróleo foi mais que uma simples etapa na história econômica do Brasil — foi a bandeira empunhada por todo um povo, que transformou em prece diária as palavras do seu Presidente, Getúlio Vargas:

“Essa bandeira nacionalista eu venho desfraldando em toda a minha vida e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Quem entrega seu petróleo aliena a própria independência!”

E, um ano depois de comemorar o sesquicentenário de sua independência política, o Brasil volta a festejar uma data importante em sua história — o vigésimo aniversário da independência econômica, da afirmação soberana nesta luta encarniçada e vital pela auto-suficiência na produção de petróleo — 20 anos de monopólio e de PETROBRÁS.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (**Palmas prolongadas.**)

DISCURSO DO DEPUTADO JOSÉ MACHADO

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ilustres autoridades presentes, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a luta memorável pela implantação da PETROBRÁS, o movimento de opinião pública que nela se inspirou em defesa de nossas riquezas minerais, tem hoje, no Brasil, a sua consagração incontestável. Decorridos vinte anos de história viva e trepidante, empreendimento tamanho tanto se notabilizou pelo seu significado e alcance e a tal ponto alteou o nível de seu prestígio e produtividade, que de seu quadro dirigente acaba de sair o candidato da ARENA à Presidência da República, o eminente General Ernesto Geisel.

Ainda ecoam aos ouvidos da nova geração de políticos brasileiros a gloriosa arrancada sob o lema de "O PETRÓLEO É NOS-SO", paralela aos debates, no Parlamento e na Imprensa, sobre as linhas mestras da estruturação do sistema legal de monopólio, que o País reclamava, ciente e consciente das condições peculiares ao panorama econômico e financeiro, técnico e político, que envolvia o aproveitamento das jazidas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, de valor industrial.

Nos primeiros momentos desta gigantesca arrancada pelo soerguimento econômico do nosso País, surda campanha irrompeu e, mais adiante, ostensiva perseguição sistemática a quantos defendiam a existência de petróleo no Brasil. Enquanto isso, as pesquisas realizadas por grupos internacionais ou por seus agentes no País resultaram em laudos positivos, mas sigilosos, capciosamente sonogados ao conhecimento público e — parece incrível — muitos poços foram cimentados.

Hoje, que as águas são passadas, as valentes torres da PETROBRÁS erguem-se para os céus da nossa Pátria, a sorrir diante da adversidade e a recomendar a todos os brasileiros que resguardem suas riquezas minerais.

Por esse tempo, não se caracterizava satisfatoriamente a distinção do direito de propriedade entre o solo e subsolo. Assim, a le-

gislação vigente estabelecera, com louvável demonstração de equidade e salutar orientação acautelatória que, para os efeitos de aproveitamento industrial, o solo se distinguiu do subsolo; e mais, se os proprietários das minas e jazidas conhecidas não as manifestassem em certo prazo, seriam elas incorporadas ao patrimônio da Nação.

No caso do petróleo, diferentemente do que ocorrera em relação a outros minérios, a incorporação se realizou automaticamente, porque, no afã de ocultar nossas riquezas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, os interessados não manifestaram perante os Poderes Públicos a existência de jazidas desse gênero, no solo brasileiro.

Em vista disso, o Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, firmou definitivamente o princípio da propriedade nacional sobre petróleo.

Durante a Segunda Guerra Mundial foi se desenvolvendo, na consciência popular e na orientação administrativa, a necessidade de uma tomada de posição do Poder Público, em face das tendências manifestadas na economia de guerra favorecedoras da intervenção do Estado no domínio econômico em condições de tornar-se permanente, apesar da estratégia competitiva baseada nas doutrinas liberais.

Dentro desse cenário nova peleja se travou, a partir de 1938. Em conseqüência, em 1948, o Projeto de lei nº 62, ou seja, o Estatuto do Petróleo, continha disposições de natureza branda que puderam conciliar a transformação necessária com os interesses dos grupos econômicos internacionais.

Quando, em 1951, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República, a pesquisa e a refinação de petróleo ainda careciam de incrementação mais decisiva. E foi por isso que, mais uma vez, a opinião pública do País empenhou-se intensamente no processo de esclarecimento e defesa da intervenção do Estado no domínio econômico, bem como na formulação de uma política nacional do petróleo e na instituição do monopólio estatal da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluídos e gases raros existentes no território pátrio.

O Estatuto então aprovado — Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1935, instituiu a Empresa Estatal Petróleo Brasileiro S.A., lançando assim os fundamentos da maior organização empresarial da Amé-

rica Latina, para lustre e honra da capacidade criadora do povo brasileiro.

São, pois, de louvor e reconhecimento as palavras que proferimos, sob intensa emoção, para celebrar o grande feito e fazer justiça a quantos ajudaram a erguer, com a solidariedade e o concurso das forças populares, o monumental edifício da PETROBRÁS.

Não cabe nesta oportunidade reviver, senão em termos históricos, a inesquecível epopéia, lembrar o arrebatamento extraordinário com que o povo brasileiro, em uníssono, fez ecoar suas reivindicações perante as autoridades competentes e as Casas do Congresso.

Mas é justo e oportuno que registremos, como motivo de orgulho e desvanecimento para todos nós, a participação decisiva e a bravura patriótica dos representantes da Nação na criação, na consolidação legislativa daquilo que era apenas a projeção de generosos anseios e a esperança de milhões de cidadãos.

Foi, então, naquela hora de atitudes corajosas e postulações jurídicas definitivas, que o projeto de lei do Presidente Getúlio Vargas, encaminhado ao Congresso, recebeu do insigne Ministro do Supremo Tribunal Federal, Prof. Bilac Pinto, então Deputado Federal, pela UDN mineira, a emenda instituidora no monopólio estatal do petróleo, a qual, desde logo, teve por si, através do Líder Gustavo Capanema, hoje Senador da República por Minas Gerais, a palavra de acolhimento e apoio do Governo e reuniu, em consagrada maioria, os sufrágios e aplausos dos membros do Congresso Nacional.

Tão feliz e bem inspirada iniciativa, pondo termo às investidas e resistências de grupos econômicos internacionais, veio ao encontro dos anseios populares e sensibilizou, de maneira empolgante, todos os setores da vida nacional e, de modo especial, as Forças Armadas.

Garantida, legitimamente, pelo privilégio do monopólio, que se ajusta perfeitamente aos objetivos da segurança e do desenvolvimento nacionais, teve a PETROBRÁS, assim, assegurado os meios, instrumentos e condições para se afirmar em modos compatíveis com a sua destinação histórica.

Foi, pois, nesta Casa, berço de iniciativas históricas, que a idéia da exploração do petróleo em regime de monopólio estatal nasceu, ganhou corpo e se fez PETROBRÁS.

Os fatos que emolduram as instituições mais caras de nossa Pátria, acentuando os traços de nobreza dos nossos homens públicos, não só refulgem nos textos de lei e nos Anais das Câmaras Legislativas, mas também encontram ressonância no coração e na memória do povo.

Lições do passado devem servir hoje de advertência para nós, assim como as conquistas de agora, transformadas em instrumento de política de bem-estar social, hão de proporcionar certamente o clima de ordem, tranqüilidade e trabalho que nos permita, através de racional planejamento da economia brasileira, o aproveitamento de nossas riquezas. Obviamente, esta é a razão de ser de comemorações como a de hoje.

Muitas vezes os bríos nacionais e a dedicação patriótica dos homens públicos tiveram que enfrentar poderosos grupos econômicos para erguer instituições necessárias como a PETROBRÁS. No dizer de Monteiro Lobato, tais grupos “não tiravam o petróleo nem deixavam que ninguém o tirasse” do solo brasileiro, a fim de destruir-se, gradativamente, a nossa dignidade e a nossa soberania, para que o Brasil não se realizasse economicamente.

Citamos o nome do escritor pioneiro, porque justamente Monteiro Lobato, o nobre, querido e inesquecível Monteiro Lobato, foi quem mais lutou como cidadão-símbolo, no Brasil, contra a penetração dos **trustes** internacionais através de seus livros, suas cartas, seus panfletos que circulavam de mão em mão devido à sua identificação com as aspirações do povo e ao seu renome literário.

É, pois, de inteira justiça que, nesta hora de confraternização e júbilo da Pátria, façamos referência a esse soldado imortal da libertação econômica do Brasil, cuja coragem, desprendimento e convicção constituem exemplo imperecível da pertinácia do nosso povo, na sua luta em prol do desenvolvimento e da segurança nacionais.

O desenvolvimento, como afirmou recentemente um dos Srs. Ministros da República, é uma guerra. Porque a independência econômica só se conquista em luta contra interesses e grupos representativos de interesses que, pelo simples fato de existirem, se contrapõem à independência econômica do povo.

Para tentar conseguir esse nefasto resultado todas as armas são válidas e entre elas avulta um constante processo de desfiguração, uma campanha permanente para ludibriar o povo pela reiterada afirmação de que, se, por um lado o regime de monopólio é contrário à liberdade de iniciativa, por outro o Estado é um mau administrador.

E, no entanto, o que hoje se verifica, através das realizações portentosas da PETROBRÁS, é que o regime de monopólio estatal, em determinadas circunstâncias, é benéfico ao País, e que o Estado é tão bom administrador que fez da PETROBRÁS, em apenas 20 anos, uma empresa vitoriosa de projeção mundial.

Nas duas últimas décadas, durante as quais se assinalaram os avanços e as escaladas do desenvolvimento nacional, houve de parte dos Governos inequívoco propósito de assegurar a intocabilidade da PETROBRÁS.

Não por nacionalismo estreito e estéril, não por despreço à eficiência e aptidão técnica dos empreendedores privados, mas pelo reconhecimento de que o combustível básico da civilização há de ser tratado em termos de regime especial de exploração, dentro dos quadros de planejamento e controle da economia do Estado.

Por imperativo de segurança e promoção dos interesses nacionais, impõem-se medidas de inspiração nacionalista adequadas à defesa das riquezas naturais intimamente vinculadas às condições da vida e independência de um povo.

É que, tanto para o cidadão de um país, como para as entidades estruturadas na ordem social e econômica, se desenvolve o mesmo processo evolutivo institucional: a transmutação das cortes em mercados e a transmutação dos mercados em grupos, o que equivale à substituição dos critérios de privilégio por critérios de capacidade competitiva e estes por critérios de atendimento às necessidades.

Os países subdesenvolvidos, em constante tensão para vencer a distância das perspectivas do desenvolvimento, atentos às peculiaridades de cada um, à duras penas conseguem meios e modos de ultrapassar os limites que caracterizam a sua economia de subsistência.

Modernas pesquisas sociológicas nos advertem de que as condições de sobrevivência a que ficam sujeitas as nações subdesenvolvidas restringem e imobilizam as expectativas e o senso de obten-

ção de vantagem que, nas coletividades mais adiantadas, resultam do dinamismo das iterações sociais básicas orientadas no sentido da consecução dos objetivos nacionais.

A bem dizer, tornou-se lugar comum nas obras de interpretação sociológica atribuir-se à situação sociocultural dos países subdesenvolvidos à carência de combustíveis em seu próprio território. Logo, porém, que se descobrem e se industrializam esses recursos indispensáveis ao soerguimento da economia nacional, há como que o despertar de energias subjacentes às estruturas econômicas e instituições políticas até então vigentes. É o **fiat lux** do desenvolvimento, que rompe os quadros nacionais da mentalidade conservadora.

Tendo começado a operar com um capital de quatro milhões de cruzeiros e seis campos produtores de petróleo, erigiu-se a PETROBRÁS, em verdade, na entidade pioneira que incontestavelmente deu o impulso e suporte à formação de uma infraestrutura industrial, sobre a qual se está erguendo a construção da grandeza nacional.

Benemérita e portentosa empresa cujas fundações são raízes entranhadas no solo pátrio, que geram, nutrem e consolidam inumeráveis indústrias subsidiárias do petróleo, contribuindo, assim, para a expansão do mercado de trabalho, a multiplicação da renda nacional e o aumento de disponibilidade de nossas divisas.

Tudo isso é fruto e resultado do vigoroso complexo de empresas e empreendimentos que hoje integram a PETROBRÁS, nos setores da pesquisa, lavra, refinação, derivação química, transporte, distribuição e comércio internacional do petróleo.

Certamente, conjunto empresarial dessa envergadura não poderia emergir da caixa de surpresas da improvisação, como um lance de audácia do espírito de aventura, sem o lastro de experiências e preparativos, sem o acervo de análises e avaliações meditadas, sem as claras linhas de projeção da ordem, do equilíbrio e da lucidez. Obra feita para durar, como expressão de esforços perseverantes e dedicações irrecusáveis, a PETROBRÁS, fiel aos compromissos do Brasil para consigo mesmo, jamais deixou de honrar, vencendo o desafio das dificuldades, as tradições, os valores e as conquistas da nossa civilização. Na solidez de seus alicerces, no descortino de suas diretrizes, na continuidade de seus propósitos repousam, agora e sempre, os padrões de comportamento de todos aqueles que concorreram e concorrem, possuídos

do sentimento de responsabilidades indissimuláveis, para a mais cabal realização de seus programas, objetivos e tarefas.

O que aqui e hoje celebramos, com justificado júbilo e orgulho, representa um marco de afirmação do poder nacional, expressa um traço de união entre o povo e o Governo, irmanados na mesma inspiração de preservar e engrandecer o empreendimento mais significativo da nossa economia. Significa um ato de reconhecimento da nossa vocação e capacidade para construirmos uma nação realmente emancipada e próspera.

Comemorando hoje e aqui o vigésimo aniversário da PETROBRÁS, estamos a render as homenagens do nosso patriotismo a um dos símbolos da intocabilidade dos interesses do Brasil. **(Palmas prolongadas.)**

**DISCURSO DO ALMIRANTE
FLORIANO PEIXOTO FARIA LIMA**

Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Paulo Torres; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; Exmºs Srs. Membros da Mesa; Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia, Exmº Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Srs. Congressistas e demais autoridades presentes, meus Senhores.

Profundamente sensibilizado pelo privilégio que me é concedido — de poder representar o Conselho de Administração da PETROBRÁS nesta sessão solene — agradeço aos Srs. Congressistas a honra que fazem à Empresa, quando são comemorados os vinte anos da Lei nº 2.004.

Nenhum outro plenário da República seria mais apropriado que este para se homenagear a PETROBRÁS; pois foi aqui, no Congresso que — interpretando os sentimentos e anseios da opinião pública nacional — o legislador deu vida e forma à sociedade de economia mista de que, hoje, todos nos orgulhamos.

Ultrapassadas as dúvidas e incertezas dos primeiros tempos, característica natural a gravar toda obra realmente nova, e vencida a fase heróica de sua implantação a Empresa acha-se inteiramente sedimentada como corporação industrial.

Mas, ainda, perfeitamente cônica do encargo que lhe foi atribuído, qual seja, o de assegurar o abastecimento do mercado interno de petróleo e derivados, o que implica atender às exigências do consumo quanto à natureza, quantidade e qualidade dos produtos, em tempo e local predeterminados, com adequada continuidade e a preços justos.

Já um longo tempo nos separa da data histórica de 3 de outubro de 1953.

Atualmente, nem a possível desinformação em torno do tema, tampouco o ortodoxismo irrealista das correntes, que pregavam solução diversa da que foi adotada pelo Congresso, em relação à política do petróleo, conseguem mais antepor-se à realidade, consubstanciada no crescimento da PETROBRÁS, acima de tudo, uma legítima aspiração da Nação brasileira.

Sem pretender esgotar o universo de sua contribuição ao processo de desenvolvimento do País, julgo apropriado o momento, entretanto, para destacar alguns aspectos fundamentais do papel que a Empresa vem desempenhando, como núcleo de expansão econômica, sob o controle do Estado.

Dessa forma, permito-me mencionar:

— a poupança global de divisas proporcionada pela produção, refino e transporte nacional de petróleo, cujo valor acumulado superará, neste exercício, a expressiva soma de 24 bilhões de cruzeiros;

— o montante dos investimentos que realiza dentro do território nacional, atuando como agente multiplicador de riquezas;

— a decisiva contribuição que empresta à formação e crescimento da renda do setor industrial da economia;

— o ponderável nível de emprego gerado, quer direta, quer indiretamente, por suas inúmeras e variadas atividades;

— o apoio concreto às economias regionais, mormente àquelas situadas em áreas menos favorecidas, como sejam o Norte e o Nordeste;

— o vigoroso incentivo à criação da indústria pesada, inclusive desenvolvendo, às suas expensas, projetos pioneiros, julgados inacessíveis à tecnologia e aos capitais existentes no País;

— os benefícios proporcionados pelo levantamento extensivo de dados mineralógicos, que constituem valioso patrimônio, em termos do censoreamento dos recursos do subsolo brasileiro;

— a apreensão e transferência para o País de tecnologia altamente complexa, até então do domínio exclusivo de nações industrializadas;

— a formação de uma elite de administradores e técnicos, capazes de transmitir ensinamentos às novas gerações aqui formadas.

No campo das realizações vinculadas diretamente ao seu trabalho, a Empresa fez crescer de forma acelerada o acervo que recebeu do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), podendo dispor, atualmente, de:

— um parque de refino com a capacidade global de processamento de 120 mil m³ por dia, o qual deverá ser acrescido de 50 mil m³/dia, provenientes das duas novas refinarias, em fase de construção, em Curitiba e São José dos Campos;

— uma frota de petroleiros que já ultrapassa 1 milhão de toneladas de porte bruto e que, com a incorporação de novas unidades em construção no Brasil e no Exterior, atingirá, em 1977, cerca de 3 milhões de toneladas, e, com a adjudicação de novas encomendas a estaleiros nacionais, aproximadamente 4 milhões de toneladas, passo definitivo na consolidação da indústria de construção naval no Brasil;

— campos produtores de óleo e gás, em terra e na plataforma continental brasileira, que possibilitam uma extração média em torno de 27 mil m³/dia de petróleo e 3 milhões de m³/dia de gás natural.

E, aqui, devo mencionar que prossegue, revigorado, o esforço de pesquisa exploratória da Companhia, sendo possível contar-se, presentemente, com 6 unidades móveis de perfuração e 2 navios-sonda, operando na plataforma submarina, e, ainda, 29 sondas perfurando nas bacias sedimentares terrestres. No próximo ano, o número de equipamentos destinados à prospecção marítima será acrescido de mais 5 unidades móveis, 1 navio-sonda e uma unidade do tipo semi-submersível, destinada a lâminas d'água de maior profundidade.

A par dessas realizações, poderiam ainda ser citadas inúmeras outras, não menos importantes, como: fábricas de asfalto; plantas de gasolina natural; unidades produtoras de borracha sintética, fertilizantes e óleos lubrificantes; terminais marítimos; extensa rede de oleodutos e gasodutos, além de uma variada gama de serviços prestados à comunidade.

Creio, porém, oportuno destacar os novos contornos da atuação da Empresa e seu notável crescimento nos últimos tempos, efetuado sem quebra da necessária integração das fases da indústria.

Refiro-me à plena utilização do sistema **holding-subsidiárias**, para as atividades não monopolizadas, instrumentalidade cujo uso possibilitou à PETROBRÁS atender: aos imperativos de expansão da petroquímica local — onde as associações da PETROQUISA já se elevam a quase 20 indústrias; à participação competitiva no setor da distribuição de derivados; à produção de coque de petróleo para fins metalúrgicos, e, principalmente, à pesquisa e produção de petróleo no exterior, através da BRASPETRO, colocando ao alcance do País o poder de dispor de fontes alternativas de suprimento, localizadas fora de seu território.

Enfim, em quase todos os inúmeros segmentos da atividade econômica, se faz sentir a presença atuante da PETROBRÁS, a viabilizar os ideais que lhe deram causa, há duas décadas atrás.

A obra, porém, não está acabada.

Os desafios se renovam. As dificuldades não diminuíram o ritmo de sua aparição, para que seja possível arrefecer o ânimo na contemplação das etapas já vencidas.

O modelo internacional da indústria do petróleo longe está de ser estático e novas variáveis lhe são introduzidas constantemente, exigindo, de nossa parte, respostas prontas e imediatas. Assistimos, no momento, à passagem de uma quadra extremamente desfavorável para os países importadores da matéria-prima, gerada, basicamente, de um lado, por pressões de demanda não satisfeitas por produção própria, e d'outro, pelo crescente e inevitável poder de negociação dos principais exportadores, organizados, monoliticamente, em função de seus interesses.

Na frente interna de trabalho, é possível perceber um mercado igualmente dinâmico, de crescimento acelerado e mudanças às vezes surpreendentes, exigindo atenção redobrada, para atender às necessidades de uma complexa e variada estrutura de consumo.

A consciência plena dos obstáculos a enfrentar parece-me ser, entretanto, o grande penhor da PETROBRÁS, cujo caráter foi moldado e amadurecido, desde cedo, na luta árdua para afirmar-se, perante a Nação, merecedora da confiança nela depositada.

E a Empresa, como hoje a encontramos: financeira e economicamente viável; obstinada na busca de resultados sempre melhores; austera na conduta; agressiva, quando o curso da ação exige essa faculdade; flexível, pela descentralização responsável de suas atividades, haverá de superar, estou certo, os novos desafios que o futuro lhe reserva.

Srs. Congressistas: Vejo-me, neste instante, como um mero veículo, a traduzir os sentimentos de toda uma geração de brasileiros, orgulhosos por se terem provado capazes de imaginar e concretizar empreendimento dessa magnitude, a despeito dos obstáculos encontrados na já vitoriosa caminhada.

Aos homens que — com seu valor pessoal, inteiro devotamento à causa pública, entusiasmo e capacidade profissional — tornaram possíveis aquelas aspirações, só se pode oferecer, em contrapartida, igual empenho e uma fé inabalável nos destinos da Grande Empresa.

Julgo, finalmente, que o justo e apropriado, nesta data, seria homenagear-se, não a Companhia, mas sim o Congresso Nacional, de cujo ato de vontade — soberano e renovador — a PETROBRÁS é somente consequência. **(Palmas prolongadas.)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Sr. Almirante Faria Lima, em nome do Congresso Nacional, agradeço, penhoradamente, as palavras com que V. Ex^a nos saudou nesta hora em que homenageamos essa grande empresa pelo 20º aniversário de sua fundação.

Convido V. Ex^a e os demais ex-Presidentes da PETROBRÁS a comparecerem ao Gabinete do Presidente da Câmara dos Srs. Deputados, a fim de receberem as medalhas comemorativas dos 150 anos do Poder Legislativo, que foram conferidas a S.Ex^{as}. Muito obrigado. Está encerrada a sessão. **(Palmas prolongadas.)**



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO

Senado Federal



SEN00023969